



# TÉCNICO JUDICIÁRIO

Nome do Candidato

Inscrição

Nível

MÉDIO

PROVA

GRAN

Lembre-se de marcar  
o modelo acima na  
folha de respostas!



## Sobre o material recebido pelo candidato

- ✓ Além deste Caderno de Questões, com sessenta questões objetivas e uma questão discursiva, você receberá do fiscal de sala a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição em todos os documentos entregues pelo fiscal. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.
- ✓ O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.



## Sobre o material a ser desenvolvido pelo candidato

- ✓ Os únicos documentos válidos para avaliação são a Folha de Respostas e a Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva, preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. As respostas às questões objetivas devem ser preenchidas da seguinte maneira: •
- ✓ Na Folha de Respostas e na Versão Definitiva da Discursiva, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta.



## Sobre a duração da prova e a permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 5 horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas e a transcrição da Versão Definitiva da Discursiva.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o Caderno de Questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
- ✓ O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
- ✓ Os três últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do Envelope de Retorno.



## Sobre a divulgação das provas e dos gabaritos

- ✓ As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no dia posterior à aplicação da prova no site do Instituto AOCB no endereço eletrônico [www.institutoaocb.org.br](http://www.institutoaocb.org.br)

Fraudar ou tentar fraudar  
Concursos Públicos é Crime!  
Previsto no art. 311 - A do  
Código Penal

Baseado no formato de prova  
aplicado pela banca AOCB



## FOLHA DE ROSTO ORIENTATIVA PARA PROVA OBJETIVA

LEIA AS ORIENTAÇÕES COM CALMA E ATENÇÃO!

### INSTRUÇÕES GERAIS

- Atenção ao tempo de duração da prova, que já inclui o preenchimento da folha de respostas.
- Cada uma das questões da prova objetiva está vinculada ao comando que imediatamente a antecede e contém orientação necessária para resposta. Para cada questão, existe apenas UMA resposta válida e de acordo com o gabarito.
- Faltando uma hora para o término do simulado, você receberá um *e-mail* para preencher o cartão-resposta, a fim de avaliar sua posição no *ranking*. Basta clicar no botão vermelho de PREENCHER GABARITO, que estará no *e-mail*, ou acessar a página de *download* da prova. Você deve fazer o cadastro em nossa plataforma para participar do *ranking*. Não se preocupe: o cadastro é grátis e muito simples de ser realizado.
- **Se a sua prova for estilo Certo ou Errado (CESPE/CEBRASPE):**  
marque o campo designado com o código C, caso julgue o item CERTO; ou o campo designado com o código E, caso julgue o item ERRADO. Se optar por não responder a uma determinada questão, marque o campo “EM BRANCO”. Lembrando que, neste estilo de banca, uma resposta errada anula uma resposta certa.  
Obs.: Se não houver sinalização quanto à prova ser estilo Cespe/Cebraspe, apesar de ser no estilo CERTO e ERRADO, você não terá questões anuladas no cartão-resposta em caso de respostas erradas.
- **Se a sua prova for estilo Múltipla Escolha:**  
marque o campo designado com a letra da alternativa escolhida (A, B, C, D ou E). É preciso responder a todas as questões, pois o sistema não permite o envio do cartão com respostas em branco.
- Uma hora após o encerramento do prazo para preencher o cartão-resposta, você receberá um *e-mail* com o gabarito para conferir seus acertos e erros. Caso você seja aluno da Assinatura Ilimitada, você receberá, com o gabarito, a prova completa comentada – uma vantagem exclusiva para assinantes, com acesso apenas pelo *e-mail* e pelo ambiente do aluno.
- Não serão realizadas correções individuais das provas discursivas.

Em caso de solicitação de recurso para alguma questão, envie para o *e-mail*:

[treinodifcil\\_jogofacil@grancursosonline.com.br](mailto:treinodifcil_jogofacil@grancursosonline.com.br).

Nossa ouvidoria terá até dois dias úteis para responder à solicitação.

Desejamos uma excelente prova!



## FICHA TÉCNICA DO MATERIAL

grancursosonline.com.br

**CÓDIGO:**

2506244527M

**TIPO DE MATERIAL:**

Simulado Preparatório

**NUMERAÇÃO:**

2º Simulado

**NOME DO ÓRGÃO:**

Tribunal de Justiça do Estado do Paraná  
TJ PR

**CARGO:**

Técnico Judiciário

**MODELO/BANCA:**

AOCP

**EDITAL:**

Pós-Edital

**DATA DE APLICAÇÃO:**

7/2025

**ÚLTIMA ATUALIZAÇÃO:**

7/2025

*Este material está sujeito a atualizações. O Gran não se responsabiliza por custos de impressão, que deve ser realizada sob responsabilidade exclusiva do aluno.*

**TJ – PR 2º SIMULADO – TÉCNICO  
JUDICIÁRIO (PÓS-EDITAL)****Língua Portuguesa****Lucas Lemos**

**Vidas Secas** começa por uma fuga e acaba com outra. Decorre entre duas situações idênticas, de tal modo que o fim, encontrando o princípio, fecha a ação em um círculo. Entre a seca e as águas, a vida do sertanejo se organiza, do berço à sepultura, a modo de retorno perpétuo. Como os animais atrelados ao moinho, Fabiano voltará sempre sobre os passos, sufocado pelo meio.

É preciso, todavia, lembrar que essa ligação com o problema geográfico e social só adquire significado pleno, isto é, só atua sobre o leitor, graças à elevada qualidade artística do livro. Graciliano soube transpor o ritmo mesológico para a própria estrutura da narrativa, mobilizando recursos que a fazem parecer movida pela mesma fatalidade sem saída. Euclides da Cunha tomou o sertanejo e deu ao seu drama (que foi o primeiro a exprimir convenientemente) faíscas de epopeia. Graciliano esbateu-o no ramerrão das misérias diárias e o fez irremediavelmente doloroso. Apegou-se a um determinismo semelhante ao d'Os sertões, tornando-o inflexível pela representação literária do eterno retorno. E assim como José Lins do Rego produziu as obras-primas das terras de massapé, com a planturosidade das regiões fartas, ele se tornou o escritor por excelência da terra estorricada. Romance da zona pastoril, encourado como ele na secura da fatalidade geográfica. Da consciência mortíça do bom Fabiano podem emergir os transes periódicos em que se estorce o homem esmagado pela paisagem e pelos outros homens.

*Antonio Candido. Ficção e confissão. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006 (com adaptações).*

**1**

**A estrutura circular da narrativa de Vidas Secas está associada:**

- (A) à alternância entre momentos de alegria e tristeza no sertão.
- (B) ao ciclo natural das estações e sua influência na agricultura.
- (C) à repetição da seca, que marca o início e o fim da obra.
- (D) à evolução progressiva do personagem Fabiano.
- (E) à fuga para a cidade grande como solução do problema social.

**2**

**Segundo o texto, a principal diferença entre Euclides da Cunha e Graciliano Ramos está:**

- (A) na linguagem rebuscada utilizada por Graciliano.
- (B) no foco nos aspectos econômicos da região.
- (C) na representação do cotidiano miserável versus a abordagem épica.
- (D) na valorização da religiosidade do sertanejo.
- (E) no tratamento político dado ao tema.

**3**

**No trecho *É preciso, todavia, lembrar que essa ligação com o problema geográfico e social só adquire significado pleno* (segundo parágrafo), a expressão destacada traduz uma ideia de:**

- (A) oposição.
- (B) conclusão.
- (C) proporção.
- (D) objeção.
- (E) causalidade.

**4**

**O vocábulo destacado em *É preciso, todavia, lembrar que essa ligação com o problema geográfico e social só adquire significado pleno* (segundo parágrafo) introduz uma oração**

- (A) coordenada explicativa.
- (B) subordinada substantiva objetiva indireta.
- (C) subordinada substantiva subjetiva.
- (D) subordinada adjetiva restritiva.
- (E) subordinada substantiva objetiva direta.

Neste final de semana, esta **Folha** publicou editorial criticando a proposta de ampliar a pena daqueles que assassinam mulheres por “razões de gênero”. O texto alega que tal “populismo” jurídico seria uma extravagância, já que todas as circunstâncias agravantes que poderiam particularizar o homicídio contra mulheres (motivo fútil, crueldade, dificuldade de defesa) estariam contempladas pela legislação vigente. Neste sentido, criar a categoria jurídica “razões de gênero” de nada serviria, a não ser para quebrar o quadro universalista que deveria ser o fundamento da lei.

Vladimir Safatle. *Feminicídio. In: Folha de S.Paulo. mar./2015, p. A 2.*

**5**

O objetivo principal do editorial mencionado é:

- (A) defender a criação de novas categorias jurídicas para casos de feminicídio.
- (B) criticar o conceito de “razões de gênero” como agravante penal por ser mal definido.
- (C) argumentar contra a ampliação da pena para homicídios motivados por razões de gênero.
- (D) analisar os impactos da violência de gênero nas leis penais brasileiras.
- (E) propor o endurecimento das penas contra crimes passionais.

**6**

Com base no texto, pode-se inferir que o editorial:

- (A) subestima a gravidade da violência contra a mulher.
- (B) considera que o feminicídio é um fenômeno irrelevante.
- (C) defende que o sistema penal atual já possui meios adequados para punir homicídios contra mulheres.
- (D) sugere a revogação das penas para crimes de gênero.
- (E) atribui a ineficácia da legislação à atuação policial.

**7**

A vírgula empregada após o termo destacado em O texto alega que tal “populismo” jurídico seria uma extravagância, já que todas as circunstâncias agravantes que poderiam particularizar o homicídio contra mulheres é

- (A) obrigatória por deslocar oração subordinada adverbial.
- (B) opcional por separar a oração principal da oração subordinada adverbial.
- (C) incorreta por separar sujeito e verbo.
- (D) opcional por deslocar oração adverbial para o início do período.
- (E) opcional por deslocar adjunto adverbial de curta extensão.

**8**

Considerando a Redação Oficial, analise as afirmativas a seguir e julgue-as certo (C) ou errado (E).

- I – Os tratamentos **digníssimo** e **ilustríssimo** devem ser usados atualmente em comunicações oficiais, acompanhado do cargo da autoridade.
- II – O termo **doutor** é usado para aqueles que tiverem concluído o curso universitário de doutorado.
- III – O termo **Vossa Excelência** é usado para autoridades dos Poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário.

- (A) C – C – C
- (B) C – E – E
- (C) E – C – E
- (D) E – C – C
- (E) E – E – E

## Matemática/Raciocínio Lógico

### Diego Ribeiro

**9**

Em uma unidade judiciária,  $\frac{3}{8}$  dos processos recebidos foram arquivados, 25% foram redistribuídos e os demais seguiram para julgamento. Sabendo que o total de processos recebidos foi de 640, indique a quantidade de processos que seguiram para julgamento.

- (A) 240
- (B) 280
- (C) 300
- (D) 320
- (E) 340

**10**

Em um levantamento feito pelo setor de tecnologia do TJ-PR, constatou-se que 85 servidores usam o sistema Projudi, 65 usam o e-Proc e 30 utilizam ambos. Sabendo que o total de servidores entrevistados foi de 150, indique a quantidade de servidores que não utilizam nenhum dos dois sistemas.

- (A) 30
- (B) 35
- (C) 40
- (D) 45
- (E) 50

**11**

Um servidor lança, diariamente, processos no sistema de forma que o número total protocolado segue uma progressão aritmética. No 1º dia foram 12 processos, no 2º dia, 17, e assim por diante. Indique a quantidade de processos que serão protocolados no 10º dia.

- (A) 57
- (B) 59
- (C) 61
- (D) 63
- (E) 65

**12**

Uma equipe de 4 técnicos digitaliza 320 processos em 8 dias, trabalhando 5 horas por dia. Indique a quantidade de processos que seriam digitalizados por 6 técnicos em 10 dias, se a jornada for de 6 horas por dia.

- (A) 576
- (B) 600
- (C) 640
- (D) 660
- (E) 720

**13**

Considere a proposição:

“Todos os processos digitais foram assinados eletronicamente.”

A negação correta é:

- (A) Nenhum processo foi assinado eletronicamente.
- (B) Alguns processos foram assinados manualmente.
- (C) Nenhum processo digital foi assinado manualmente.
- (D) Alguns processos digitais não foram assinados eletronicamente.
- (E) Alguns processos eletrônicos não foram digitais.

**14**

A palavra CURITIBA foi repetida formando a sequência:

CURITIBACURITIBACURITIBA... (sem espaços)

A 100ª letra da sequência é:

- (A) C.
- (B) U.
- (C) R.
- (D) I.
- (E) B.

**15**

Considere as seguintes premissas:

Se um servidor atrasa mais de 3 vezes, ele perde a gratificação.

João não perdeu a gratificação.

A partir disso, pode-se concluir que:

- (A) João atrasou mais de 3 vezes.
- (B) João não é servidor.
- (C) João perdeu a gratificação por outro motivo.
- (D) João não atrasou mais de 3 vezes.
- (E) Nenhuma das anteriores.

**16**

Considere a proposição:

“Se o processo não for distribuído hoje, então ele será redistribuído amanhã.”

Assinale a proposição logicamente equivalente.

- (A) Se o processo não for redistribuído amanhã, então foi distribuído hoje.
- (B) O processo será redistribuído amanhã somente se for distribuído hoje.
- (C) O processo será redistribuído amanhã se for distribuído hoje.
- (D) Se o processo for redistribuído amanhã, então ele não foi distribuído hoje.
- (E) O processo foi redistribuído amanhã ou foi distribuído hoje.

## Noções de Informática

Leonardo Vasconcelos

**17**

Softwares antivírus são programas utilitários essenciais para a segurança de um sistema computacional, cuja função é detectar, impedir e remover softwares maliciosos. Diversas empresas desenvolvem soluções antivírus disponíveis no mercado. Das alternativas apresentadas a seguir, assinale aquela que **NÃO** corresponde a um software antivírus.

- (A) Kaspersky
- (B) Adobe Reader
- (C) Avast
- (D) McAfee
- (E) Norton

**18**

O sistema operacional Windows 11 oferece uma variedade de teclas de atalho que permitem aos usuários executar tarefas comuns de forma mais ágil e eficiente. No que diz respeito a esses atalhos, assinale a alternativa correta.

- (A) Win + D: Abre o Explorador de Arquivos para o gerenciamento de pastas e documentos.
- (B) Win + L: Abre o painel de Configurações Rápidas, permitindo o ajuste de Wi-Fi e Bluetooth.
- (C) Win + E: Inicia o Explorador de Arquivos, a ferramenta padrão para navegar entre arquivos e pastas do sistema.
- (D) Alt + F4: Abre a Visão de Tarefas, exibindo todas as janelas e áreas de trabalho virtuais ativas.
- (E) Ctrl + Shift + Esc: Bloqueia a sessão do usuário atual, retornando à tela de login.

**19**

No Microsoft Word 365, a colaboração e a revisão de documentos são facilitadas por ferramentas específicas. Sobre o recurso “Controlar Alterações” e suas funcionalidades associadas, assinale a opção correta.

- (A) Ao ativar o “Controlar Alterações”, o Word impede que qualquer novo texto seja inserido no documento, permitindo apenas a adição de comentários nas margens.
- (B) A função “Aceitar Todas as Alterações” exclui permanentemente todos os comentários feitos no documento, mas mantém as marcações de inserção e exclusão de texto.
- (C) O “Painel de Revisão” é uma ferramenta utilizada exclusivamente para verificar a ortografia e a gramática do texto, sugerindo correções automáticas.
- (D) O recurso “Controlar Alterações”, quando ativado, registra as edições feitas no documento, como inserções e exclusões, que podem ser posteriormente aceitas ou rejeitadas pelo autor ou revisor.
- (E) Para ativar o “Controlar Alterações”, o usuário deve acessar a guia “Exibir” e selecionar a opção “Histórico de Versões”.

**20**

O Microsoft Excel 365 possui um conjunto de funções de contagem para analisar dados em uma planilha. Considere a planilha a seguir, que representa uma lista de protocolos:

|   | A          | B |
|---|------------|---|
| 1 | Protocolo  |   |
| 2 | TJPR-001   |   |
| 3 | 1598       |   |
| 4 |            |   |
| 5 | Deferido   |   |
| 6 | TJPR-004   |   |
| 7 | Indeferido |   |

Sabendo que a célula B1 exibe o valor 5, que corresponde à quantidade de células preenchidas no intervalo de A2 a A7, assinale a alternativa que apresenta a fórmula correta que foi inserida na célula B1 para obter esse resultado.

- (A) =CONT.VALORES(A2:A7)
- (B) =CONT.NÚM(A2:A7)
- (C) =CONTAR.VAZIO(A2:A7)
- (D) =CONT.SE(A2:A7; “Deferido”)
- (E) =SOMA(A2:A7)

**21**

**Mecanismos de busca são ferramentas fundamentais para a localização de informações na World Wide Web. Eles utilizam robôs para indexar o conteúdo de páginas e, a partir de palavras-chave inseridas pelo usuário, retornam uma lista de resultados relevantes. Assinale a alternativa que apresenta um *software* que NÃO é primariamente um mecanismo de busca na web.**

- (A) Google
- (B) Microsoft Bing
- (C) Yahoo! Search
- (D) DuckDuckGo
- (E) Mozilla Firefox

**22**

**A utilização de teclas de atalho nos navegadores de internet, como Google Chrome, Mozilla Firefox e Microsoft Edge, permite uma navegação mais eficiente. Imagine que um usuário fechou acidentalmente uma guia importante e deseja restaurá-la rapidamente. Assinale a alternativa que apresenta o atalho de teclado correto para reabrir a última guia fechada.**

- (A) Ctrl + W
- (B) Ctrl + Shift + T
- (C) Ctrl + H
- (D) Alt + Tab
- (E) F5

**23**

**A segurança na Internet é um tema de crescente importância, exigindo dos usuários atenção a diversas ameaças. Uma das técnicas de ataque mais comuns é o *phishing*. Sobre o conceito de *phishing*, assinale a alternativa correta.**

- (A) É uma técnica de fraude que se baseia na engenharia social para enganar usuários, fazendo-os revelar informações confidenciais por meio de e-mails ou páginas da web falsificadas.
- (B) Refere-se a um tipo de software malicioso que se instala em um computador e se replica automaticamente, infectando outros arquivos e programas no sistema.
- (C) Consiste em um ataque que sobrecarrega um servidor ou rede com um volume massivo de tráfego, com o objetivo de tornar o serviço indisponível para seus usuários legítimos.
- (D) É um programa utilitário de segurança que monitora as conexões de rede de um computador, permitindo ou bloqueando o tráfego com base em um conjunto de regras predefinidas.

- (E) Trata-se de um software que, uma vez instalado, registra secretamente todas as teclas digitadas pelo usuário, com o intuito de capturar senhas e outras informações.

**24**

**A Inteligência Artificial (IA) generativa e os assistentes conversacionais tornaram-se ferramentas populares para diversas tarefas, como a elaboração de textos, a pesquisa de informações e a geração de ideias. Assinale a alternativa que apresenta um aplicativo cuja função principal NÃO é a de um sistema de inteligência artificial generativa ou conversacional.**

- (A) ChatGPT
- (B) Gemini
- (C) Claude
- (D) NotebookLM
- (E) Evernote

## **Legislação**

**Eduardo Galante**

---

**25**

**Em relação à Constituição Estadual do Paraná, assinale a alternativa correta.**

- (A) Os atos de improbidade administrativa importarão na perda dos direitos políticos, na suspensão da função pública, na indisponibilidade de bens e no ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei federal, sem prejuízo da ação judicial cabível.
- (B) Nos concursos públicos promovidos pela Administração Pública, haverá prova oral de caráter eliminatório e classificatório, com previsão de prova didática para os cargos do Magistério.
- (C) São estáveis, após três anos de efetivo exercício, os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.
- (D) No caso de demissão de servidor, invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, revertido ao cargo de origem, com direito a indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (E) É vedada a participação de servidores públicos no produto da arrecadação de tributos e multas, inclusive da dívida ativa, salvo nos casos das carreiras de Fiscalização Tributária e de Procuradoria Estadual.

**26**

**Nos termos da Lei n. 16.024/2008, que estabelece o Regime Jurídico dos Funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná, aponte a alternativa correta.**

- (A) O funcionário habilitado em concurso público e empossado em cargo de provimento efetivo adquirirá estabilidade no serviço público ao completar 03 (três) anos de função, emprego ou cargo público, tempo esse contado a partir da posse.
- (B) O procedimento de readaptação terá o prazo de 06 (seis) meses, podendo ser prorrogado no caso de o funcionário estar participando de programa de reabilitação profissional.
- (C) O funcionário será posto em aproveitamento quando extinto o seu cargo ou declarada sua desnecessidade, com remuneração proporcional ao tempo de serviço e ao nível funcional ocupado.
- (D) Reintegração é o retorno do funcionário ao exercício das atribuições de seu cargo, ou de cargo resultante de sua transformação, quando invalidada a demissão por decisão administrativa ou judicial. Transitada em julgado a decisão definitiva, será expedida a portaria de reintegração no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- (E) É de 30 (trinta) dias o prazo para entrar no exercício das atribuições do cargo, emprego ou da função, contado da data da nomeação ou da publicação em edital dos atos relativos às demais formas de provimento previstas nessa norma.

**27**

**Em conformidade com o Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Paraná, marque a alternativa correta.**

- (A) A Ouvidoria-Geral tem como função servir de canal de comunicação direta entre o cidadão, órgãos públicos e privados e o Poder Judiciário do Estado do Paraná.
- (B) A Ouvidoria-Geral dispõe de poderes correccionais nos casos expressamente previstos neste Regimento, podendo em tais casos interferir e substituir as atribuições da Corregedoria-Geral da Justiça.
- (C) O Procurador-Geral de Justiça toma assento à mesa, à esquerda do Presidente, exceto nas sessões solenes.

- (D) Os Desembargadores tomarão posse em até 20 (vinte) dias após a publicação oficial do ato de nomeação perante o Órgão Especial, em sessão extraordinária, salvo manifestação em contrário do interessado.
- (E) As sessões presenciais serão ordinárias, extraordinárias, emergenciais, preparatórias, solenes ou especiais.

**28**

**Acerca do Decreto Judiciário n. 523/2021 – P-GP-TJPR, que institui o Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná, marque a alternativa correta.**

- (A) Fortalecer a imagem institucional é uma das metas institucionais do Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná.
- (B) Contribuir para transformar a visão, a missão, os objetivos e os valores institucionais do Poder Judiciário do Estado do Paraná em atitudes, comportamentos e práticas organizacionais orientados segundo elevado padrão de conduta ético-profissional é um dos princípios do Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná.
- (C) Observar no exercício de cargo ou função a integridade, a honestidade, o decoro e a boa-fé é um dos objetivos éticos e preceitos fundamentais a serem observados pelas pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná.
- (D) Trabalhar em ambiente saudável, que preserve sua integridade física, moral e psicológica, com acesso às instalações físicas seguras, salubres, acessíveis e adequadas às atividades laborais é um dos direitos das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná.
- (E) Exercer as atribuições do cargo ou da função com zelo, eficácia, eficiência, excelência e rendimento funcional é uma das diretrizes das pessoas subordinadas ao Código de Ética e Conduta do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

**29**

**Nos termos da Lei n. 12.527/2011, que dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios, com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal, aponte a alternativa correta.**

- (A) É facultado ao Estado garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos subjetivos e formais, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.
- (B) É dever dos órgãos e entidades públicas promover, mediante requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse individual, coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.
- (C) Qualquer cidadão poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, facultado o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida.
- (D) O órgão ou entidade pública deverá autorizar ou conceder o acesso imediato à informação disponível, mesmo quando possuir caráter reservado.
- (E) O serviço de busca e de fornecimento de informação é gratuito.

**30**

**No que tange à Lei n. 13.709/2018 – BR, amplamente divulgada como Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), marque a alternativa correta.**

- (A) Essa Lei se aplica ao tratamento de dados pessoais realizado por pessoa natural ou jurídica para fins exclusivamente particulares e não econômicos, conforme previsão legal.
- (B) O tratamento de dados pessoais cujo acesso é restrito deve considerar a finalidade, a boa-fé, a ética e o interesse público que justificaram sua disponibilização.
- (C) Os dados anonimizados serão considerados dados pessoais para os fins desta Lei, inclusive quando o processo de anonimização ao qual foram submetidos for revertido, utilizando exclusivamente meios próprios, ou quando, com esforços razoáveis, puder ser revertido.

- (D) As empresas públicas e as sociedades de economia mista, quando estiverem operacionalizando políticas públicas e no âmbito da execução delas, terão o mesmo tratamento dispensado aos órgãos e às entidades do Poder Público, nos termos desta Lei.
- (E) As empresas públicas e as sociedades de economia mista que atuam em regime de concorrência, sujeitas ao disposto no art. 173 da Constituição Federal, terão o mesmo tratamento dispensado às pessoas jurídicas de direito público, nos termos desta Lei.

## **Noções de Direito Constitucional**

### **Vinicius Marques**

**31**

**Acerca da nacionalidade prevista na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa incorreta.**

- (A) São brasileiros natos os nascidos no estrangeiro, de pai ou mãe brasileira, desde que qualquer deles esteja a serviço da República Federativa do Brasil.
- (B) Os nascidos no exterior, de pai ou mãe brasileira, que não estejam a serviço do Brasil, somente serão considerados brasileiros natos se forem registrados em repartição brasileira competente ou vierem a residir no Brasil e optarem, em qualquer tempo, após adquirida a maioria, pela nacionalidade brasileira.
- (C) A Constituição Federal admite a perda da nacionalidade brasileira, inclusive a nata, no caso de naturalização voluntária em país estrangeiro, salvo nas hipóteses de reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira ou de imposição de naturalização como condição para permanência.
- (D) A naturalização tácita é suficiente, por si só, para ensejar a perda da nacionalidade brasileira nata, conforme entendimento atual do Supremo Tribunal Federal.
- (E) A nacionalidade pode ser adquirida por naturalização, forma de aquisição da nacionalidade que depende de critérios legais e ato discricionário do Poder Executivo.

**32**

**Acerca da Constituição sob as perspectivas conceituais, estruturais, dos elementos e das classificações possíveis, assinale a alternativa incorreta.**

- (A) A Constituição pode ser classificada como formal ou material, sendo que a primeira considera o processo solene de elaboração, enquanto a segunda se baseia no conteúdo normativo essencial.
- (B) A Constituição brasileira de 1988 é escrita, dogmática, analítica, promulgada e rígida; além disso, por reunir normas programáticas, principiológicas e de eficácia contida, não é considerada uma constituição normativa.
- (C) A estrutura da Constituição de 1988 contempla um preâmbulo, o texto constitucional propriamente dito — dividido em títulos, capítulos e seções —, além dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.
- (D) Os elementos da Constituição, segundo José Afonso da Silva, incluem os elementos orgânicos, limitativos, socioideológicos, de estabilização constitucional e formais de aplicabilidade.
- (E) Constituições outorgadas são impostas de forma unilateral pelo poder constituído, ao passo que as promulgadas resultam da atuação de uma Assembleia Constituinte representante do povo.

**33**

**João, governador do estado Alfa, decretou estado de calamidade pública em virtude de desastre ambiental de grandes proporções. Após reiteradas recusas do governo estadual em prestar auxílio às vítimas de municípios gravemente atingidos, o Ministério Público Estadual ajuizou ação perante o Tribunal de Justiça local. Este, por unanimidade, reconheceu o descumprimento de decisão judicial anterior que determinava o fornecimento imediato de recursos essenciais aos atingidos. Diante desse cenário, o presidente da República cogita intervir no estado Alfa. Com base na sistemática constitucional, assinale a alternativa correta.**

- (A) A intervenção federal depende, nesse caso, de solicitação do Ministério Público Federal, independentemente de provocação do Poder Judiciário estadual.
- (B) A intervenção será legítima, ainda que sem pedido do Supremo Tribunal Federal, desde que fundada em desobediência reiterada a decisões de tribunal local.

- (C) A intervenção somente poderá ser efetivada por iniciativa do presidente da República e dependerá de autorização da maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (D) A desobediência a ordem judicial configura hipótese constitucional de intervenção, cabendo ao presidente da República decretá-la após provocação do Supremo Tribunal Federal.
- (E) A intervenção será ilegítima, pois não há fundamento constitucional para sua deflagração em casos relacionados a calamidade pública e decisões judiciais não cumpridas.

**34**

**Determinado deputado estadual utilizou suas redes sociais para divulgar, sem provas, que um juiz de Direito da comarca de sua base eleitoral teria recebido propina para absolver um réu por tráfico de drogas. O magistrado, sentindo-se injustamente atacado, decidiu impetrar mandado de segurança com pedido de liminar perante o Tribunal de Justiça local, requerendo que o conteúdo fosse removido das redes e que o parlamentar fosse obrigado a se retratar publicamente. Considerando o caso narrado e os remédios constitucionais disponíveis, assinale a alternativa correta.**

- (A) O mandado de segurança é cabível para proteger direito líquido e certo, inclusive contra atos omissivos de particulares, sendo suficiente a demonstração de plausibilidade jurídica e urgência.
- (B) O juiz poderia utilizar o mandado de injunção, desde que demonstrada a ausência de norma regulamentadora que viabilize a retirada do conteúdo ofensivo das redes sociais.
- (C) O *habeas data* seria o remédio constitucional cabível para o juiz exigir a remoção do conteúdo, caso esse constasse em banco de dados administrado por empresa privada.
- (D) A ação popular poderia ser ajuizada pelo magistrado, com o objetivo de proteger a moralidade administrativa violada pela conduta do deputado estadual.
- (E) O mandado de segurança é incabível no caso, uma vez que a conduta questionada decorre de manifestação de parlamentar no exercício da atividade política, cuja responsabilidade deve ser apurada pelas vias ordinárias e, eventualmente, por ação penal ou cível próprias.

**35**

**Sobre a organização e as competências do Poder Judiciário previstas na Constituição Federal de 1988, assinale a alternativa correta.**

- (A) Os Tribunais Regionais Federais têm competência originária para julgar mandado de segurança impetrado contra ato de Ministro de Estado, de acordo com a regra geral de competência por prerrogativa de função.
- (B) O Conselho Nacional de Justiça exerce o controle da atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário, cabendo-lhe zelar pela observância do Estatuto da Magistratura e apreciar, de ofício ou mediante provocação, a legalidade dos atos administrativos praticados por membros ou órgãos do Judiciário.
- (C) Os juízes federais julgam causas entre Estados estrangeiros e a União, nos termos do art. 109, da CF/1988, pois sua competência se estende a todas as causas que envolvam a União direta ou indiretamente.
- (D) O Superior Tribunal de Justiça exerce controle concentrado de constitucionalidade em face de leis federais e estaduais, quando não for de competência do Supremo Tribunal Federal.
- (E) Compete originariamente ao Supremo Tribunal Federal julgar, nas infrações penais comuns, os Governadores dos Estados, por serem agentes políticos dotados de prerrogativa de foro.

## **Noções de Direito Administrativo**

**Maria Júlia**

**36**

**A prefeitura de um município firmou convênio com uma sociedade de economia mista para fiscalizar e aplicar multas por ocupação irregular do solo urbano. Essa delegação inclui a fase de sanção. À luz da jurisprudência do STF, essa situação é:**

- (A) inconstitucional, pois a fase de sanção é indelegável a qualquer ente privado.
- (B) constitucional, desde que a entidade tenha capital público majoritário, preste serviço público típico do Estado e atue em regime não concorrencial.
- (C) constitucional, pois sociedades de economia mista possuem autonomia administrativa para aplicar sanções.

- (D) inconstitucional, pois o poder de polícia é prerrogativa exclusiva da Administração Direta.
- (E) inconstitucional, pois a jurisprudência do STF veda qualquer forma de delegação de poder de polícia.

**37**

**Um despacho proferido por servidor do TJ-PR apenas impulsionando o processo administrativo é exemplo de:**

- (A) ato enunciativo.
- (B) ato vinculado.
- (C) ato ordinatório.
- (D) ato normativo.
- (E) ato punitivo.

**38**

**Segundo a Lei de Improbidade Administrativa, os atos que importam enriquecimento ilícito do agente público incluem:**

- (A) descumprir prazos processuais sem justificativa.
- (B) praticar ato visando fim proibido em lei.
- (C) receber vantagem patrimonial indevida em razão do cargo.
- (D) frustrar a licitude de concurso público.
- (E) ordenar ou permitir a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.

**39**

**Em processo de licitação, determinada prefeitura optou pela contratação direta por dispensa de licitação para a compra emergencial de medicamentos após enchentes que atingiram a cidade. Considerando a Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei n. 14.133/2021), assinale a alternativa correta.**

- (A) A contratação direta por dispensa é vedada em casos de emergência, devendo-se sempre seguir o procedimento licitatório.
- (B) A contratação direta é possível apenas para serviços, não se aplicando a fornecimento de bens.
- (C) A dispensa de licitação por emergência exige que o contrato seja executado no prazo máximo de 180 dias consecutivos e ininterruptos.
- (D) A emergência deve ser previamente reconhecida por decreto legislativo específico para permitir a dispensa.
- (E) A situação de calamidade não justifica, em hipótese alguma, a contratação direta.

**40**

**Analise as afirmativas a seguir sobre a forma, tempo e lugar dos atos do processo administrativo (Lei n. 14.210/2021):**

- I – Os atos devem ser praticados por escrito, salvo se a lei permitir forma diversa.
- II – Atos eletrônicos podem ser realizados até as 24 horas do último dia do prazo.
- III – Em regra, os atos processuais podem ser praticados em finais de semana e feriados, desde que urgentes.

**Está correto o que se afirma em:**

- (A) I, apenas.
- (B) I e II.
- (C) II e III.
- (D) I e III.
- (E) I, II e III.

## **Noções de Direito Civil**

**Cristiny Rocha**

**41**

**Com base nos arts. 20 a 23 da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB), com redação dada pela Lei n. 13.655/2018, assinale a alternativa correta.**

- (A) A motivação de decisões administrativas pode se fundar em valores jurídicos abstratos, mesmo sem considerar as consequências práticas da medida, desde que haja respaldo doutrinário ou jurisprudencial.
- (B) A decisão que invalida ato administrativo deve indicar as consequências jurídicas e administrativas, mas é dispensada de prever condições de regularização proporcional, ainda que haja prejuízos anormais ou excessivos.
- (C) Na interpretação de normas de gestão pública, deve-se priorizar o princípio da legalidade estrita, afastando a consideração das dificuldades reais enfrentadas pelo gestor.
- (D) A imposição de novo dever decorrente de orientação nova sobre norma de conteúdo indeterminado exige, quando necessário, a criação de regime de transição, de modo a assegurar aplicação proporcional e eficiente.
- (E) A aplicação de sanções aos agentes públicos prescinde da análise da natureza da infração, bastando a identificação do dano à Administração Pública.

**42**

**Assinale a alternativa correta quanto aos atos que devem ser registrados ou averbados em registro público.**

- (A) A sentença que reconhece a filiação deverá ser registrada no mesmo livro onde constam os registros de nascimento.
- (B) A sentença que decreta a interdição por incapacidade relativa deve ser averbada, e não registrada, por envolver modificação de estado civil.
- (C) A sentença declaratória de ausência deverá ser registrada em registro público, assim como a sentença de morte presumida.
- (D) A averbação do divórcio será feita somente quando houver partilha de bens homologada judicialmente.
- (E) A emancipação por outorga dos pais ou por sentença judicial deverá ser apenas averbada à margem do registro de nascimento do emancipado.

**43**

**Sobre ato ilícito, conforme disposições do Código Civil Brasileiro, assinale a alternativa correta.**

- (A) Comete ato ilícito apenas aquele que, por ação ou omissão dolosa, causar dano material a outrem, excluindo-se as hipóteses de dano moral e culpa.
- (B) O ato praticado em legítima defesa, ou no exercício regular de um direito, não constitui ato ilícito, desde que respeitados os limites legais.
- (C) Não constitui ato ilícito a conduta de quem, em situação de perigo iminente, destrói coisa alheia, desde que o faça com intenção legítima, mesmo que ultrapasse os limites do indispensável.
- (D) O exercício de um direito será sempre lícito, independentemente de boa-fé ou do fim social da norma que o reconhece.
- (E) A negligência e a imprudência não caracterizam ato ilícito se não houver intenção direta de causar o dano.

**44**

**Considerando o art. 2º da Lei n. 13.146/2015, que define pessoa com deficiência e trata da avaliação biopsicossocial, assinale a alternativa correta.**

- (A) A avaliação da deficiência pode ser feita exclusivamente por exame médico-pericial tradicional, dispensando a equipe multiprofissional interdisciplinar.
- (B) A avaliação biopsicossocial considera, além dos impedimentos nas funções do corpo, os fatores socioambientais, psicológicos e pessoais, e limitações na participação social.
- (C) A definição legal de pessoa com deficiência exclui as deficiências sensoriais quando estas não afetam a estrutura corporal.
- (D) O exame médico-pericial para avaliação da deficiência não pode ser realizado por telemedicina, salvo em situações excepcionais não previstas em regulamento.
- (E) O Poder Legislativo é responsável por criar os instrumentos para avaliação da deficiência, conforme previsão expressa na lei.

**45**

**Com fundamento nas disposições da Lei n. 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), assinale a alternativa correta.**

- (A) A deficiência pode limitar a capacidade civil da pessoa, principalmente no que se refere ao exercício do direito à adoção e à curatela.
- (B) É facultativo aos cidadãos comunicar às autoridades competentes qualquer forma de violação dos direitos da pessoa com deficiência, não sendo dever obrigatório.
- (C) Os juízes e tribunais, ao tomarem conhecimento de violações de direitos da pessoa com deficiência, devem encaminhar as peças ao Ministério Público para as providências cabíveis.
- (D) A esterilização compulsória é permitida quando houver justificativa médica devidamente comprovada e autorização judicial.
- (E) A pessoa com deficiência pode casar e constituir união estável, mas não pode exercer direitos sexuais e reprodutivos devido à sua condição.

## **Noções de Direito Processual Civil**

**Cristiny Rocha**

**46**

**Considerando as normas fundamentais do processo civil brasileiro e sua aplicação, artigos 1º a 15 do Código de Processo Civil (Lei n. 13.105/2015), analise as afirmativas a seguir e assinale a opção correta.**

- (A) O processo civil será orientado pelos princípios da boa-fé objetiva e da cooperação, devendo as partes, o juiz e todos os que dele participam comportar-se de acordo com tais preceitos.
- (B) A conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, em qualquer grau de jurisdição ou instância, mas não constituem um dever a ser observado por todos os sujeitos do processo.
- (C) O juiz poderá decidir com base em fundamentos a respeito dos quais não se tenha dado às partes oportunidade de se manifestar, desde que entenda ser medida de justiça e proporcionalidade.
- (D) As partes têm o direito de participar ativamente da produção das provas, podendo manifestar-se sobre documentos e laudos, mas o juiz não está obrigado a ouvi-las antes de proferir qualquer decisão, exceto em casos de urgência.
- (E) A norma processual retroagirá se mais benéfica à parte, mas respeitará os atos processuais praticados e as situações jurídicas consolidadas sob a vigência da norma revogada.

**47****Assinale a alternativa correta quanto às regras especiais de competência interna.**

- (A) A ação em que o incapaz figurar no polo passivo deverá, necessariamente, ser proposta no foro de seu nascimento, independentemente do domicílio de seus representantes legais.
- (B) A ação em que o ausente for réu será proposta no foro de domicílio do autor, por ausência de domicílio conhecido do demandado.
- (C) A União, quando autora, poderá ajuizar ação em qualquer foro, dada sua prerrogativa de ente federativo, não estando vinculada ao foro de domicílio do réu.
- (D) Se o Estado for demandado, a ação poderá ser proposta no foro do domicílio do autor, no de ocorrência do fato que originou a demanda, no da situação da coisa ou na capital do respectivo ente.
- (E) O foro de domicílio do representante legal do incapaz é relevante apenas quando o incapaz for autor da ação.

**48****Considerando as regras previstas no art. 1.043, §§ 1º a 4º, do Código de Processo Civil sobre os embargos de divergência, assinale a alternativa correta.**

- (A) Os embargos de divergência têm por finalidade uniformizar a jurisprudência apenas em casos de divergência na interpretação de direito material, sendo incabíveis em hipóteses de divergência quanto ao direito processual.
- (B) É admissível a interposição de embargos de divergência mesmo quando o acórdão paradigma tenha sido proferido por turma diversa daquela que proferiu o acórdão embargado, independentemente de haver alteração na composição da turma.
- (C) A divergência que autoriza os embargos deve ser comprovada exclusivamente por meio de certidão ou cópia física do julgado proferido em repositório oficial impresso.
- (D) Os embargos de divergência poderão ser interpostos mesmo quando a tese jurídica divergente tenha sido firmada em ações de competência originária dos tribunais superiores.
- (E) Não é permitida a prova da divergência por meio da reprodução do julgado disponível na internet, em razão do risco de adulteração da jurisprudência.

**49****Considerando as disposições do art. 51 da Lei n. 9.099/1995, que trata da extinção do processo nos Juizados Especiais, assinale a alternativa correta.**

- (A) A extinção do processo por ausência do autor à audiência exige, obrigatoriamente, prévia intimação pessoal, sob pena de nulidade da decisão.
- (B) A morte do réu sempre extinguirá o processo, independentemente de iniciativa do autor para promover a citação dos sucessores.
- (C) A extinção do processo em razão de força maior que justifique a ausência do autor à audiência poderá ser revista pelo juiz, com isenção do pagamento das custas.
- (D) O reconhecimento da incompetência territorial no Juizado Especial não enseja extinção do processo, mas apenas sua remessa ao juízo competente.
- (E) Falecido o autor, a extinção do processo só ocorrerá se a habilitação não for promovida no prazo de 60 dias, contados da ciência do fato.

**50****Com base nas disposições da Lei n. 12.153/2009 (Juizados Especiais da Fazenda Pública), assinale a alternativa correta.**

- (A) Pessoas jurídicas de direito público possuem prazo em dobro para interposição de recursos nos Juizados Especiais, por força do princípio da simetria com o processo comum.
- (B) O juiz deverá nomear perito técnico que apresentará o laudo até 10 dias antes da audiência, sob pena de nulidade do ato processual.
- (C) O representante judicial do ente público réu poderá transigir em audiência, desde que autorização expressa seja apresentada por escrito nos autos.
- (D) A Fazenda Pública, quando demandada, está isenta do dever de apresentar documentação prévia à audiência de conciliação.
- (E) Não se aplica o reexame necessário às causas julgadas no âmbito dos Juizados Especiais da Fazenda Pública.

## Noções de Direito Penal

**Renato Pulz**

**51**

**Assinale a alternativa que corretamente expressa um dos princípios fundamentais do Direito Penal brasileiro.**

- (A) O princípio da insignificância pode ser aplicado a qualquer conduta que contrarie o ordenamento jurídico penal.
- (B) O princípio da legalidade assegura que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- (C) O princípio da intervenção mínima defende que o Direito Penal deve ser a primeira forma de controle social diante de qualquer conduta ilícita.
- (D) O princípio da culpabilidade permite que se aplique pena a qualquer pessoa, mesmo sem um elemento subjetivo na conduta.
- (E) O princípio da retroatividade da lei penal garante que toda lei penal, ainda que mais gravosa, se aplica retroativamente ao fato anterior, especialmente nos crimes hediondos.

**52**

**Assinale a alternativa correta sobre a aplicação da lei penal no tempo e no espaço.**

- (A) A lei penal mais gravosa retroage sempre que o Estado entender que a conduta merece punição mais severa.
- (B) No Brasil, aplica-se o princípio da territorialidade, de forma absoluta, sem exceções.
- (C) A lei penal só retroage para beneficiar o réu, jamais para prejudicá-lo.
- (D) Crimes cometidos no espaço aéreo ou marítimo de outros países, em embarcações ou aeronaves estrangeiras, sempre são regidos pela lei penal brasileira.
- (E) A revogação de uma lei penal incriminadora, mesmo antes do trânsito em julgado, não interfere no processo, permanecendo a punibilidade.

**53**

**Assinale a alternativa correta sobre o concurso de pessoas e o concurso de crimes, de acordo com o Código Penal brasileiro.**

- (A) No concurso de pessoas, todos os envolvidos respondem pelo crime na mesma medida, independentemente da sua participação no fato.
- (B) O concurso material de crimes ocorre quando um agente pratica dois ou mais crimes mediante uma única ação ou omissão.
- (C) No concurso de pessoas, não se exige liame subjetivo entre os agentes, bastando que cada um contribua objetivamente para o resultado.
- (D) No crime continuado, as penas são aplicadas de forma cumulativa, somando-se integralmente as penas de cada crime praticado.
- (E) No concurso formal próprio, o agente pratica uma só conduta que resulta em dois ou mais crimes, mas, neste caso, aplica-se a pena mais grave, aumentada de até metade.

**54**

**Assinale a alternativa correta sobre os crimes previstos na Lei n. 7.716/1989, que trata dos crimes de preconceito de raça e cor.**

- (A) Os crimes previstos na Lei n. 7.716/1989 são considerados de menor potencial ofensivo, sendo cabíveis transação penal e suspensão condicional do processo.
- (B) A lei prevê penas alternativas como regra, priorizando medidas educativas em vez de sanções privativas de liberdade.
- (C) A prática de racismo, prevista na Lei n. 7.716/1989, constitui crime imprescritível e inafiançável, conforme a Constituição Federal.
- (D) A homofobia e a transfobia, apesar de condenáveis, não foram criminalizadas no ordenamento jurídico pátrio.
- (E) A lei considera racismo a conduta de injuriar alguém, ofendendo-lhe a dignidade ou o decoro, em razão de raça, cor, etnia ou procedência nacional, idade e deficiência física ou mental.

**55****Assinale a alternativa correta sobre a Lei n. 11.340/2006 – Lei Maria da Penha.**

- (A) A Lei Maria da Penha aplica-se exclusivamente às mulheres em situação de violência doméstica que possuam relação conjugal e coabitação com o agressor.
- (B) Não se aplica a referida lei no caso de violência contra a empregada doméstica, pois é exigido o vínculo familiar.
- (C) Nos crimes praticados no âmbito da Lei Maria da Penha, poderão ser aplicados os institutos despenalizadores quando a agressão for leve.
- (D) A Lei Maria da Penha tem por objetivo proteger a mulher, independentemente da orientação sexual da vítima ou do agressor, desde que caracterizada a violência doméstica ou familiar.
- (E) A Lei Maria da Penha não admite a aplicação de medidas protetivas de urgência sem autorização judicial em nenhuma hipótese, por serem medidas restritivas de direitos fundamentais.

## **Noções de Direito Processual Penal**

**Renato Pulz****56****Em relação à aplicação da lei processual penal no tempo e no espaço, assinale a alternativa correta.**

- (A) A lei processual penal brasileira aplica-se somente aos fatos ocorridos dentro do território nacional, não havendo possibilidade de aplicação extraterritorial.
- (B) No processo penal, os atos praticados sob a vigência da lei anterior são considerados válidos, independentemente se melhores ou piores para o réu.
- (C) A lei processual penal aplicar-se-á desde logo, com prejuízo da validade dos atos realizados sob a vigência da lei anterior.
- (D) A lei processual penal, assim como a lei penal material, admite a retroatividade quando for mais benéfica ao réu.
- (E) A lei processual penal não admitirá interpretação extensiva, nem aplicação analógica.

**57****Sobre o acordo de não persecução penal, marque a alternativa correta.**

- (A) Exige que o investigado tenha confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal.
- (B) O acordo de não persecução penal poderá ser concedido ao agente que cometeu o crime de lesão corporal dolosa ou nos roubos de coisas de baixo valor.
- (C) O referido acordo poderá ser proposto nos casos de infrações penais com pena máxima de até 4 anos, entre outros requisitos.
- (D) Uma das condições exigidas para o cumprimento do acordo é que sempre exista a reparação do dano ou restituição da coisa à vítima.
- (E) O fato de o agente já ter sido beneficiado por algum instituto despenalizador não influencia a obtenção do acordo.

**58****No âmbito do direito processual penal brasileiro, acerca da ação penal, assinale a alternativa correta.**

- (A) A ação penal pública condicionada à representação só pode ser proposta pelo ofendido, sendo vedada sua propositura pelo Ministério Público.
- (B) Na ação penal privada, o Ministério Público atua como parte principal e responsável pela propositura da queixa-crime.
- (C) Na ação penal pública condicionada à representação, oferecida a denúncia, o ofendido pode, a qualquer tempo, retratar-se da representação para extinguir a punibilidade.
- (D) O Ministério Público, sendo o titular da ação penal pública, poderá desistir da ação penal.
- (E) Na ação penal privada vigora o princípio da indivisibilidade.

**59**

**No que se refere às medidas cautelares diversas da prisão, nos termos do Código de Processo Penal, assinale a alternativa correta.**

- (A) As medidas cautelares diversas da prisão podem ser aplicadas somente após o trânsito em julgado da sentença condenatória.
- (B) A prisão preventiva deve ser sempre preferida às medidas cautelares, por representar uma garantia mais eficiente à ordem pública.
- (C) O descumprimento injustificado de qualquer das medidas cautelares impostas pode ensejar a decretação da prisão preventiva.
- (D) As medidas cautelares não podem ser aplicadas cumulativamente.
- (E) As medidas cautelares reais não podem ser aplicadas de ofício pelo juiz, mesmo durante a fase processual.

**60**

**Indique o crime que não está no rol da Lei n. 7.960/1989, a Lei de Prisão Temporária.**

- (A) Homicídio doloso
- (B) Sequestro ou cárcere privado
- (C) Crimes contra o sistema financeiro
- (D) Crimes previstos na Lei de Terrorismo
- (E) Epidemia

**Discursiva (Redação)****Lucas Lemos**

---

**TEXTO MOTIVADOR**

Vivemos uma era de interdependência global, na qual os desafios de um país atravessam fronteiras e impactam regiões inteiras. Crises migratórias, conflitos armados, mudanças climáticas e disputas comerciais acirradas têm exigido cada vez mais o fortalecimento da diplomacia e da cooperação internacional. Entretanto, o crescimento de posturas nacionalistas e a fragmentação de organismos multilaterais colocam em xeque o ideal de um mundo baseado em diálogo, respeito mútuo e estabilidade. A paz internacional parece, mais do que nunca, uma construção frágil.

*Adaptado de: ONU; Fórum Econômico Mundial; Revista Foreign Affairs.*

**A partir da leitura do texto motivador e com base nos conhecimentos construídos ao longo de sua formação, redija um texto dissertativo-argumentativo, em linguagem formal, sobre o tema:**

**OS DESAFIOS DA DIPLOMACIA INTERNACIONAL NA BUSCA PELA PAZ  
EM UM MUNDO MULTIPOLAR E INSTÁVEL**

**Instruções e Rascunho para Discursiva**

- O candidato terá sua Prova Discursiva avaliada com nota 0 (zero) em caso de:
  - a) não atender ao tema proposto e ao conteúdo avaliado; b) manuscrever em letra ilegível ou grafar por outro meio que não o determinado em Edital; c) apresentar acentuada desestruturação na organização textual ou atentar contra o pudor; d) redigir seu texto a lápis, ou a tinta em cor diferente de azul ou preta; e) não apresentar a questão redigida na Folha da Versão Definitiva ou entregá-la em branco; f) apresentar identificação, em local indevido, de qualquer natureza (nome parcial, nome completo, outro nome qualquer, número(s), letra(s), sinais, desenhos ou códigos).
- Use caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta para redigir a resposta de sua Discursiva.

01

02

03

04

05

06

07

08

09

10

11

12

13

14

15

16

17

18

19

20

21

22

23

24

25

26

27

28

29

30



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ**  
**TÉCNICO JUDICIÁRIO**  
**2º SIMULADO**

**FOLHA DE RESPOSTAS**

| TÉCNICO JUDICIÁRIO |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|--------------------|----|----|----|----|----|----|----|----|----|
| 1                  | 2  | 3  | 4  | 5  | 6  | 7  | 8  | 9  | 10 |
|                    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|                    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 11                 | 12 | 13 | 14 | 15 | 16 | 17 | 18 | 19 | 20 |
|                    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|                    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 21                 | 22 | 23 | 24 | 25 | 26 | 27 | 28 | 29 | 30 |
|                    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|                    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 31                 | 32 | 33 | 34 | 35 | 36 | 37 | 38 | 39 | 40 |
|                    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|                    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 41                 | 42 | 43 | 44 | 45 | 46 | 47 | 48 | 49 | 50 |
|                    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
|                    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |
| 51                 | 52 | 53 | 54 | 55 | 56 | 57 | 58 | 59 | 60 |
|                    |    |    |    |    |    |    |    |    |    |

# REDAÇÃO SOB MEDIDA

Não é qualquer texto.  
É o texto que vai fazer você  
ser aprovado.

O Projeto Redação Sob Medida é o seu caminho para tirar nota máxima na prova discursiva. Aprenda a escrever do jeito certo, saiba como cada banca avalia as provas discursivas. **Escreva, reescreva, corrija e conquiste a sua vaga.**

## ASSINATURA ILIMITADA X



### ESCRITA PARA PROVA

Entenda que os requisitos para uma prova de concurso público e os métodos de correção são diferentes do habitual. Descubra o que cada banca cobra e não caia mais em armadilhas da escrita.



### SIMULADOS DISCURSIVOS

Com temas de atualidades exclusivos para cada concurso, você terá acesso a um simulado online, orientado pelo professor e com correção.



### JORNAL TEMÁTICO

O Jornal Temático é um periódico com dicas, de temas atuais para a prática de redações. Os tópicos mais solicitados pelas bancas são abordados para que você não seja pego de surpresa na hora da prova.



### ACOMPANHE SEU DESENVOLVIMENTO

Tenha acesso a um portfólio individual, com seus textos, correções e gráficos de evolução. Com o acompanhamento de um professor, você consegue ver erros e acertos e monitorar as melhorias nas suas redações.



### GRAN MESTRES EXCLUSIVOS

Os professores Diogo Alves e Elias Santana são os mestres responsáveis pelo projeto. Especialistas na Língua Portuguesa e em Redação Discursiva, acompanham de perto a evolução dos alunos com dicas, conselhos e técnicas.



### TUDO NA SUA MÃO

Só a Assinatura Ilimitada oferece, de forma livre e gratuita: Gran Questões, Gerenciador de Estudos, Audiobooks e muito mais!

#### Contato para vendas:

 (61) 99884-6348 | De segunda a quinta até as 22h e sexta até as 21h.



Quero passar na  
prova discursiva